

Anc

PARTIDOS

PMDB apóia permanência de Funaro à frente da economia

por Cecília Pires
de Brasília

A executiva nacional do PMDB, reunida ontem pela manhã, aprovou um documento elaborado pelo senador Severo Gomes, presidente da Fundação Pedroso Horta, de apoio e solidariedade ao presidente Sarney e ao ministro da Fazenda, Dilson Funaro, no tocante à suspensão do pagamento dos juros da dívida externa. O documento foi aprovado previamente na noite anterior, em reunião realizada na residência do presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães.

Segundo Ulysses, o documento, além de apoio a Funaro destina-se a ratificar também "sua atitude em não aceitar a tutela do Fundo Monetário Internacional (FMI), deixando de efetuar o pagamento dos juros para possibilitar o desenvolvimento brasileiro". De acordo com o deputado, esta atitude da cúpula do partido foi necessária como uma resposta "à campanha que as forças contrárias desenvolvem para tentar alijar Dilson Funaro do Ministério".

Instado a mostrar estas forças, Ulysses disse que "são forças que atuam internamente e externamente contra ele". Um outro

documento, contendo um plano econômico interno, elaborado também pelo senador Severo Gomes, não foi aprovado na reunião, segundo informou um parlamentar que compõe a executiva.

O senador José Fogaça reclamou da inexistência de uma proposta do partido para organizar a economia internamente, como consequência da moratória e criticou a inércia do partido. "O exemplo são as votações.

Cada votação é uma situação dramática, expondo a falta de unidade e coesão do partido, em função da inexistência de propostas." Fogaça também apresentou um documento na reunião, mas houve tempo apenas para que ele fizesse um resumo de seu conteúdo. Três pontos principais foram destacados. O primeiro, onde ele propõe que o partido apresente um plano para a crise econômica; o segundo, que se fixe a duração do prazo do presidente Sarney; e o terceiro, que o partido defina o regime de governo que defende, se o presidencialista, caso em que Fogaça prega quatro anos de mandato, ou o parlamentarista, caso em que Sarney deveria ficar cinco anos, em sua opinião.

Três membros da executiva criticaram o que cha-

mam de "centralismo de decisões" da cúpula do partido. O mais ácido deles foi o 1º vogal, deputado Francisco Pinto. O parlamentar criticou a executiva, durante a reunião protestando contra os documentos "prontos e acabados. O que nos resta fazer? Alterar um parágrafo? A cúpula do partido decidiu apoiar o Plano Cruzado II, em nome do partido. Nós não fomos ouvidos e somos da executiva.

Também o regimento provisório da Constituinte foi elaborado sem que nos consultassem", disse Chico Pinto.

O senador Afonso Camargo e o ex-deputado João Gilberto apoiaram as críticas de Chico Pinto, fazendo intervenções no mesmo sentido. O ministro da Reforma Agrária, Dante de Oliveira, propôs um plebiscito, a ser realizado imediatamente para definição do prazo do mandato do presidente Sarney. Dante alegou que o presidente quer esta definição, qualquer que ela seja. O ministro mostrou-se contra um prazo de seis anos, e explicou por que, ao sair da reunião:

"O mandato de seis anos é um golpe, um desrespeito a tudo o que o PMDB pregou nas praças públicas e compete ao partido, atra-

vés de seus diretórios regionais, municipais e nacional, definir esta questão, que não deve partir unicamente dos governadores ou dos dirigentes do partido.

Durante a reunião, foram designados ainda parlamentares para mobilizar os órgãos de cooperação do partido do setor feminino, setor jovem, movimento trabalhista, movimento municipalista. O deputado Ulysses Guimarães informou ainda que a questão do preenchimento das vagas dos governadores Miguel Arraes e Pedro Simon na direção do partido serão discutidas na próxima reunião da Executiva, a ser marcada brevemente, aguardando-se o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal a respeito. Na próxima reunião da executiva, a ser marcada depois de debate que o ministro Funaro fará na Câmara na quinta-feira, o partido vai discutir ainda conjuntura nacional.

Ulysses disse ainda não estar preocupado com as críticas que ouviu na reunião quanto a seu papel. "As críticas são democráticas, nunca pretendi a onipotência. Entendo que o partido tem tido êxito e obteve uma histórica vitória a 15 de novembro", concluiu.

CONSTITUINTE

Acordo distribui os cargos

por Francisca Stella Fagó
de Brasília

O PMDB indicará relatores de oito das nove comissões da Constituinte. O PFL indicará os presidentes de sete comissões. O PDS terá a presidência da Comissão de Organização Eleitoral Partidária e Garantia das Instituições. Os partidos menores partilharão os cargos nas 24 subcomissões.

As posições foram definidas no início da noite de ontem, ao final da última negociação do dia conduzida pelo líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, com o PFL. Em seguida, o senador foi à nova reunião com os constituintes do PMDB para definir os nomes dos relatores a serem indicados pelo partido.

Os sete nomes que o PFL indicará nas eleições, marcadas para hoje, dos presidentes das comissões foram anunciados ontem pelo deputado José Lourenço, líder do PFL na Câmara: senador Afonso Arinos (RJ) para a Comissão de Sistematização, deputado Mário Assad (MG) para a de Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, José Thomaz Nonô (AL) para a da Orga-

O perfil da ordem econômica

por Francisca Stella Fagó
de Brasília

Destinada a produzir o texto-base da nova Constituição sobre temas delicados, como intervenção do Estado na economia, regime do capital estrangeiro e reforma agrária, a Comissão da Ordem Econômica foi a que agrupou maior número de conservadores do PMDB. A avaliação foi insistentemente feita pelos pequenos partidos de esquerda e por membros do próprio PMDB, inclusive pelos representantes da ala progressista do partido na Comissão.

nização do Estado, deputado Oscar Correa (MG) para a da organização dos poderes e sistemas de governo, deputado Francisco Dornelles (RJ) para a do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, deputado José Lins (CE) para a da Ordem Econômica, deputado Edme Tavares (PB) para a da Ordem Social, e senador Marcondes

Dois referências são utilizadas nas análises: a grande incidência de empresários, proprietários rurais e de ex-integrantes da Arena ou do PDS, como é o caso do senador Albano Franco (PMDB-SE) e do deputado Gil Cesar (PMDB-MG).

Albano Franco, presidente da Confederação Nacional da Indústria, foi eleito em 1982 pelo PDS.

Seu irmão, o deputado Antônio Carlos Franco, também empresário, integra igualmente a Comissão. Há grande representação de empresários do setor de construção civil: entre eles Paulo Zar-

zur, Gerson Marcondes e José Ulysses.

O deputado Amaury Muller (PDT-RS), também designado para a Comissão, acredita que dificilmente ela produzirá qualquer avanço no capítulo da ordem econômica da nova Carta. "A correlação de forças", estima, poderá melhorar caso o senador Severo Gomes (PMDB-SP) venha a ser o relator da comissão. Mas se agravará se o seu oponente, Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), sair vitorioso", diz.

O deputado José Lins (PFL-CE), que presidirá a Comissão, é engenheiro civil e foi senador pela Arena.

Gadelha (PB) para a da Família, Educação e Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia e Comunicação. No acordo com o PMDB, o PFL ficará ainda com cinco cargos de relator, quatro de presidente e onze de vice-presidente das subcomissões, mas a definição das subcomissões ainda será discutida entre os dois partidos, provavelmente

hoje. Na sessão de ontem, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, deveria ter lido em plenário a relação dos constituintes que integram cada uma das comissões, porém em virtude da repercussão de repressão militar à greve dos bancários, a formalidade acabou por não ser cumprida.